



Entrevista com Maria Tugira da Silva Cardoso

“De alguma forma alguém tinha que fazer alguma coisa”

Catadora saiu do lixão em busca de uma nova perspectiva para sua comunidade

Entrevista concedida para Angélique van Zeeland* e Thais Kuhnrich**

Maria Tugira da Silva Cardoso, de 61 anos, tem 4 filhas e 3 filhos, 25 netas e netos e 4 bisnetas e bisnetos. Atua como catadora de materiais recicláveis numa organização de economia solidária. No dia a dia lida com os desafios de acesso a direitos e de gestão democrática com justiça de gênero. Liderança reconhecida e respeitada, ela é protagonista de uma longa caminhada marcada por diversas conquistas.

Maria Tugira da Silva Cardoso



Fonte: Acervo/arquivo da Fundação Luterana de Diaconia – FLD.

* Economista, doutora em Economia do Desenvolvimento, assessora programática da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), no acompanhamento a projetos na área de Justiça Econômica e da Rede de Comércio Justo e Solidário.

** Jornalista, assessora de comunicação da Fundação Luterana de Diaconia (FLD).



1. Maria Tugira, como começou a sua caminhada como catadora de materiais recicláveis?

Sou moradora de Uruguaiana (RS), catei no lixão local por mais de 30 anos. Comecei a catar no lixão quando eu tinha 23 anos. O trabalho de doméstica, que exercia antes, não era suficiente para sustentar os 3 filhos que eu já tinha. Minha situação era terrível. Não tinha salário fixo, o patrão pagava o que queria. O que ganhava não dava para dar conta de um filho. Aí comecei a catar.

2. Como foi o processo de criar uma organização coletiva de economia solidária, uma associação de catadoras e catadores de materiais recicláveis?

Minha motivação era de não deixar as netas e os netos crescerem no mesmo ambiente que eu criei minhas filhas e meus filhos, comecei a idealizar um espaço onde as pessoas pudessem recorrer para conseguir trabalho. O objetivo era que o lixão fechasse, mas que houvesse uma alternativa de ganho para aquelas pessoas. Não só ganho financeiro, mas que as próprias pessoas pudessem se reconhecer como gente e resgatar sua autoestima, acreditando que podem transformar uma realidade tão dura como era no lixão. O trabalho foi de formiguinha, levando cerca de 4 a 5 anos para ser concluído. As pessoas não acreditavam que a gente pudesse ter uma associação e se organizar. Isso por causa de tanta dor e descrença que já tínhamos passado em cima do lixão. Não se acreditava em autoridade e em mais nada. Achavam que a vida da gente era aquilo ali: catar lixo, comer do lixo e viver em cima do lixão. Mas eu já tinha outra perspectiva. E eu acho que meu trabalho era fazer as pessoas verem que tinham condições de mudar aquela realidade.

3. Como foi a luta por direitos das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis?

Há 20 anos participo no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), e há 6 anos integro a Comissão Nacional, onde aprendi muitas lições. Eu e todas as pessoas que viviam no lixão pensávamos que só existia aquele lugar. Quando comecei a sair e participar de encontros, em outras cidades e mesmo em outros estados, passei a conhecer meus direitos e fiz as lutas pelos direitos das catadoras e dos catadores. Voltei para o lixão bem mais esclarecida e pude levar esclarecimento. Foi assim que conseguimos fundar em 2009 a Associação de Catadoras e Catadores Amigos da Natureza (ACLAN). Em 2014 foi construída a central de triagem da ACLAN. Com muita luta, persistência e articulação foi assinado um contrato com a Prefeitura para a realização da Coleta Seletiva Solidária pela ACLAN no município. Atualmente, 53 famílias tiram seu sustento desse trabalho.



4. Qual a importância da participação das mulheres catadoras na luta por direitos?

Desde 2015 tenho participado no projeto Mulher Catadora é Mulher que Luta, realizado pela Fundação Luterana de Diaconia em parceria com o MNCR. A participação neste projeto e em outros projetos é muito importante. A gente vê mudanças nos grupos de mulheres, que estão adquirindo mais conhecimento e segurança. O principal é a vontade de conhecer cada vez mais sobre seus direitos. Estamos trabalhando a justiça social e direitos. Aos poucos, as mulheres vão ganhando conhecimento e segurança para tratarem diretamente com as prefeituras, exigindo seus direitos nas áreas de assistência social, ambiental e fortalecimento dos conselhos da mulher.

5. Como foi o impacto da pandemia para as catadoras e catadores de materiais recicláveis?

Com a chegada da pandemia, a coleta foi drasticamente reduzida e tem comprometido a vida das pessoas que dependem da coleta. A renda de cooperadas e cooperados foi muito afetada, por conta da falta de materiais e pela redução no valor pago pelos compradores. A entrega de cestas de alimentos saudáveis, produzidos pela agricultura familiar ecológica, foi de extrema importância. Principalmente no momento que a gente estava aqui na cidade: pouco material e bastante gente. As cestas contribuíram para que as pessoas tivessem um alimento.

6. As mulheres são maioria nas associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, mas têm uma grande dificuldade para chegar na gestão e, quando chegam, as dificuldades são maiores. Por quê?

Eu acredito que os desafios para as mulheres na gestão são maiores por conta da sociedade machista e desigual em que vivemos, onde a mulher ainda é vista como objeto e o homem como ser supremo e de dominação. As mulheres catadoras sempre tiveram uma grande dificuldade de ocupar espaços de gestão, tanto nas associações como nas cooperativas de catadoras e catadores. Quando as mulheres conseguem chegar neste espaço, falta acesso, falta informação, falta estrutura, falta recursos. No meu ponto de vista, as mulheres conseguiram conquistar o espaço de poder, mas não conseguiram vencer a desigualdade de gênero. E para isso é preciso buscar autonomia e romper com esta cultura machista que discrimina a mulher, ainda diariamente no nosso cotidiano.

7. O que significa autogestão e gestão democrática com justiça de gênero para você e qual a importância nas associações e cooperativas de catadoras e catadores?

A autogestão é um dos princípios do MNCR, onde gerimos nosso próprio trabalho e não tem figura de patrão. A gestão democrática com justiça de gênero no meu entendimento é o espaço onde sócias, sócios, cooperadas e cooperados podem colaborar nas tomadas de decisões, desde que haja um consenso entre todas as pessoas, homens e mulheres, de forma democrática e



igualitária. Eu acredito que sem igualdade de gênero e sem empoderamento social, nós não vamos conseguir combater a violência contra as mulheres. A gente tem um longo caminho ainda a percorrer de luta para empoderamento das mulheres catadoras.

Agradecimentos

Maria Tugira, nós agradecemos toda a tua luta para os direitos de catadoras e catadores de materiais recicláveis, pelo engajamento na justiça econômica e justiça de gênero e no empoderamento das mulheres catadoras, tuas palavras nos inspiram.